

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a compram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O secretario desta província a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no palacio do governo de S. Paulo, aos vinte seis dias do mes de Abril de mil oitocentos e oitenta.

(L. S.)

LAURINDO ABELARDO DE BRITO.

Carta de lei pela qual v. exc. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, que houve por bem sancionar, autorizando a presidente da província a mandar organizar desde já o mappa parcial das estradas provincias e municipaçes de cada um dos municípios, como acima se declara.

Para v. exc. vêr, Cândido Augusto de Oliveira Aheanches, a fez.

Publicada na secretaria do governo de S. Paulo, aos vinte seis dias do mes de Abril de mil oitocentos e oitenta.

José Joaquim Cardoso de Mello.

—  
N. 151

Laurindo Abelardo de Brito, presidente da província de S. Paulo, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e en sancionei a seguinte lei:

Art. 1.<sup>o</sup> Fica o governo autorizado a contratar com João Ribeiro dos Santos Camargo Filho, João Francisco Pestana e João Teixeira Bittencourt Sobrinho, ou com quem melhores condições oferecer, a construção, uso e custeio, por 50 annos, de duas linhas de tramys, de bitola estreita, de tração animal ou a vapor, que partindo da cidade de Caçapava, vão terminar, a primeira na freguezia do Rioqueiro, com direito ao prolongamento até as raias da província de Minas, e a segunda, na cidade de Paratyhuna, passando pela villa de Capivary.

Art. 2.<sup>o</sup> O governo da província requisitará dos poderes competentes isenção de impostos postos e fretes para os materiaes e trem rodante para as referidas linhas.

Art. 3.<sup>o</sup> Os trabalhos começarão dentro do prazo de 18 meses a contar da aprovação das respectivas plantas, e todas as linhas ficarão concluídas e aberto o trânsito dentro do prazo de 3 annos, podendo o prazo ser prorrogado pelo governo por mais 12 meses, findos os quais, caducará o privilégio.

Art. 4.<sup>o</sup> O privilégio exclusivamente concedido pela presente lei aos concessionários, é sem garantia de juros, ou outro qualquer onus pecuniário para a província.

Art. 5.<sup>o</sup> No contrato que for celebrado entre o governo e os concessionários, serão guardadas, além destas clausulas, todas as mais que forem necessárias para perfeita garantia, tanto do governo quanto dos concessionários e direitos adquiridos.

Art. 6.<sup>o</sup> O governo, para manter a regularidade do serviço e boa ordem na parte relativa à segurança pública, poderá nomear pessoa habilitada para fiscalizar.

Art. 7.<sup>o</sup> Todas as disposições relativas aos concessionários serão inteiramente aplicáveis à sociedade ou emparceirada que por elle for organizada ou a quem porventura transferir os direitos que lhe competem em virtude desta concessão.

Art. 8.<sup>o</sup> Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a compram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O secretario desta província a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no palacio do governo de S. Paulo, aos vinte sete dias do mes de Abril de mil oitocentos e oitenta.

(L.S.)

LAURINDO ABELARDO DE BRITO.

Carta de lei pela qual v. exé. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, que houve por bem sancionar, autorizando o governo a contractar com João Ribeiro dos Santos Camargo Filho e outros, a construção de duas linhas de tramys, de bitola estreita, como acima se declara.

Para v. exé. vêr, Francisco Ignacio de Toledo Barbosa, a fez.

Publicada na secretaria do governo de S. Paulo, aos vinte sete dias do mes de Abril de mil oitocentos e oitenta.

*José Joaquim Cardoso de Mello.*

## N. 152

Laurindo Abelardo de Brito, presidente da província de S. Paulo, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1º Fica o governo autorizado a contractar com João Borges de Sampaio, ou com quem melhores condições oferecer, a construção, uso e custeio, por 50 annos, de uma linha de bonds (transway) de bitola estreita, de tração animada ou a vapor, que partindo da villa de Santa Barbara, vá ter a estação do mesmo nome, da Companhia Paulista.

Art. 2º O governo da província requisitará dos poderes competentes isenção de impostos e fretes para os materiais e trem rodante para a referida linha.

Art. 3º Os trabalhos começarão dentro do prazo máximo de 18 meses a contar da aprovação das respectivas plantas, e toda a linha ficará concluída e aberta ao tráfego dentro do prazo de 3 annos, podendo o prazo ser prorrogado pelo governo por mais 12 meses, quando os quines educarão o privilegio.

Art. 4º O privilegio exclusivamente concedido pela presente lei ao concessionário, é sem garantia de juros, ou outro qualquer onus pecuniário para a província.

Art. 5º No contrato que fôr celebrado entre o governo e o concessionário, serão guardadas, além destas clausulas, todas as mais que forem necessárias para perfeita garantia, tanto do governo como do concessionário e dos direitos adquiridos.

Art. 6º O governo, para manter a regularidade do serviço e boa ordem na parte relativa à segurança pública, poderá nomear pessoa habilitada para fiscalizar.

Art. 7º Todas as disposições relativas ao concessionário serão inteiramente applicáveis à sociedade ou companhia que por elle for organizada ou à quem porventura transferir os direitos que lhe competem em virtude desta concessão.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nella se contém.

O secretario desta província a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no palacio do governo de S. Paulo, aos vinte sete dias do mes de Abril de mil oitocentos e oitenta.

(L. S.)

*LAURINDO ABELARDO DE BRITO.*

Carta de lei pela qual v. exé. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, que houve por bem sancionar, autorizando o governo a contractar com João Borges Sampaio ou a quem melhores condições oferecer, a construção, uso e custeio por 50 annos, de uma linha de bonds (transway) de bitola estreita, de tração animada ou a vapor, que partindo da villa de Santa Barbara, vá ter a estação do mesmo nome, da Companhia Paulista, como acima se declara.

Para v. exé. vêr, Firmiano de Moraes Pinto, a fez.

Publicada na secretaria do governo de S. Paulo, aos vinte sete dias do mes de Abril de mil oitocentos e oitenta.

*José Joaquim Cardoso de Mello.*

